

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.155 - MG (2019/0039464-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**RECORRENTE** : ROBERTA CAROLAINÉ DE SOUZA (PRESO)  
**ADVOGADO** : THIAGO AUGUSTO ABREU SILVA - MG115844  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por ROBERTA CAROLAINÉ DE SOUZA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais proferido no julgamento do HC n. 1.0000.18.111942-1/000.

Extraí-se dos autos que a recorrente foi presa preventivamente no dia 19 de setembro de 2018ano por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 157, § 2º, incisos II e V, e § 2º-A, inciso I, do Código Penal (roubo qualificado).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem, por entender que estavam presentes os requisitos para a manutenção da custódia cautelar. Referido acórdão recebeu o seguinte sumário:

**"HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. AUSÊNCIA DE AUTORIA. VIA INADEQUADA PARA INVOCAÇÃO DA TESE DEFENSIVA. CONCORRÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA SEGREGAÇÃO PREVENTIVA. DECISÃO SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE SE PRESERVAR A ORDEM PÚBLICA E RESGUARDAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. PRISÃO DOMICILIAR. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO MAGISTRADO SINGULAR. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. WRIT CONHECIDO EM PARTE, E DENEGADO NESSA EXTENSÃO.**

*I - Sendo o habeas corpus instrumento de cognição sumária, o qual não admite o revolvimento do caderno probatório, inviável se afigura a análise intensa e vertical da tese defensiva relativa à ausência de provas de autoria.*

*II - A censurabilidade e a gravidade da conduta justificam o decreto prisional fundado na garantia da ordem pública e na necessidade de se resguardar a aplicação da lei penal, mormente em se considerando a suposta utilização de arma de fogo e o reconhecimento*

*da paciente pelas vítimas.*

*III - Extraíndo-se do decisum toda a ratio deduzida pelo Magistrado a convencê-lo da necessidade da custódia cautelar, em atendimento ao disposto no art. 93, IX, da CR/88, não se há falar em constrangimento ilegal.*

*IV - As circunstâncias pessoais favoráveis não autorizam, por si sós, a concessão da ordem.*

*V - A ausência de decisão da autoridade coatora com relação ao pedido de prisão domiciliar formulado em favor da paciente impede a deliberação do Tribunal acerca da pretensão deduzida, sob pena de indevida supressão de instância.*

*VI - Diante da gravidade concreta do delito, as medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal afiguram-se insuficientes no caso em tela." (fl. 123)*

No presente recurso, alega a ausência dos requisitos autorizadores do art. 312 do Código de Processo Penal – CPP, de modo que a imposição da prisão preventiva não estaria suficientemente justificada e pautada exclusivamente na gravidade abstrata do delito.

Afirma que por ser mãe de criança menor de 12 anos de idade teria direito à prisão domiciliar.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão cautelar, se for o caso com aplicação de medidas cautelares alternativas.

É o relatório.

Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Ressalta-se que a Corte de origem deixou de apreciar a questão da prisão domiciliar, em virtude da mesma não ter sido alegada na primeira instância, bem como apreciada pelo Magistrado de piso, não podendo ser analisada neste Tribunal, sob pena de indevida supressão de instância.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

